

PROJETO “AGOSTO INDÍGENA”: EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E INTERDISCIPLINARIDADE NA ESCOLA MUNICIPAL DE SÃO PAULO



“INDIGENOUS AUGUST” PROJECT: EDUCATION, DIVERSITY, AND INTERDISCIPLINARITY AT THE MUNICIPAL SCHOOL OF SÃO PAULO

ANTONIA JUSSARA DE MORAIS

Graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (2013); especialista em Neuropsicopedagogia pela Faculdade FGP (2024); Professora de Ensino Fundamental II – Geografia – na EMEF Mario Moura e Albuquerque, Bel. Professora de Ensino Fundamental II – Geografia – na EE Maria Zilda Gamba Natel.

RESUMO

Este artigo apresenta o relato de uma experiência pedagógica interdisciplinar desenvolvida em uma escola da Prefeitura Municipal de São Paulo, durante o projeto IV Agosto Indígena, realizado entre os dias 01 e 29 de agosto de 2025. O projeto envolveu 14 turmas do Ensino Fundamental II e culminou em uma Gincana Indígena, integrando diferentes áreas do conhecimento. O objetivo central foi ampliar o conhecimento dos estudantes sobre a diversidade dos povos indígenas, valorizando a pluralidade cultural, linguística e social, em consonância com a Lei nº 11.645/2008 e o Currículo da Cidade de São Paulo. A metodologia qualitativa incluiu observação participante, análise de produções dos alunos e reflexões docentes. Os resultados evidenciam avanços cognitivos, atitudinais e sociais, além do fortalecimento da interdisciplinaridade e da valorização da diversidade cultural no espaço escolar.

Palavras-chave: Educação Intercultural; Povos Indígenas; Interdisciplinaridade; Ensino Fundamental; Escola Pública

ABSTRACT

This article presents a report on an interdisciplinary educational experience developed at a school in the Municipality of São Paulo during the IV Indigenous August project, held between August 1 and 29, 2025. The project involved 14 elementary school classes and culminated in an Indigenous Gymkhana, integrating different areas of knowledge. The main objective was to broaden students' knowledge about the diversity of indigenous peoples, valuing cultural, linguistic, and social plurality, in accordance with Law No. 11,645/2008 and the São Paulo City Curriculum. The qualitative methodology included participant observation, analysis of student work, and teacher reflections. The results show cognitive, attitudinal, and social advances, as well as the strengthening of interdisciplinarity and the appreciation of cultural diversity in the school environment.

Keywords: Intercultural Education; Indigenous Peoples; Interdisciplinarity; Elementary School; Public School

INTRODUÇÃO

A escola é um espaço de convivência e de construção de saberes que refletem a pluralidade da sociedade brasileira. Nesse sentido, a diversidade cultural deve ser reconhecida como elemento essencial do processo educativo, valorizando as diferentes identidades que compõem o país. Entre elas, destacam-se os povos indígenas, cuja história, cultura e resistência permanecem vivas e se manifestam em múltiplas formas, inclusive nas grandes cidades.

O Agosto Indígena, como projeto, surgiu em uma escola da rede municipal de São Paulo, como foco de transformar a maneira como os estudantes enxergam os povos indígenas brasileiros, indo além do livro didático. Articulando diferentes áreas do conhecimento, teve um diferencial, no esforço interdisciplinar que se uniu em torno do tema.

As atividades realizadas privilegiam a aprendizagem fora da sala de aula, por meio de oficinas, vivências corporais e momentos de diálogo, valorizando a experiência prática como parte integrante do conhecimento.

Ao tratar da presença indígena na cidade de São Paulo, o projeto também evidenciou a contemporaneidade desses povos, desconstruindo a ideia de que os indígenas pertencem apenas ao passado ou a territórios distantes. Atualmente, vivem na capital paulista grupos como os Guarani Mbya, com aldeias localizadas nas regiões de Parelheiros e Jaraguá, que mantêm suas tradições, línguas e modos de vida em meio ao contexto urbano.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A escola contemporânea brasileira, no contexto público, enfrenta o desafio de acolher a diversidade e promover aprendizagens significativas, reconhecendo que a diversidade cultural e étnica é um dos pilares de uma educação democrática e humanizadora, capaz de valorizar os sujeitos em suas múltiplas identidades e trajetórias.

De acordo com Candau (2011, p. 52), “*a escola é um espaço de encontro de culturas, e, por isso, deve ensinar a conviver com a diferença e não a apagá-la*”. Essa afirmação reforça a necessidade de compreender o ambiente escolar como território plural, onde se cruzam experiências, saberes e modos de vida distintos. No contexto da escola pública municipal de São Paulo, essa diversidade é visível nas origens regionais, nas práticas culturais e nas expressões identitárias que os estudantes carregam, tornando o espaço educativo um microcosmo da sociedade brasileira.

A presença da temática indígena no currículo amplia esse horizonte e convoca o educador a revisar concepções tradicionais de ensino. A Lei nº 11.645/2008 estabelece a obrigatoriedade do estudo da história e cultura dos povos indígenas e afro-brasileiros, mas sua efetivação requer mais do que uma inclusão pontual: exige a construção de práticas pedagógicas críticas, contextualizadas e interdisciplinares.

Segundo Munduruku (2017, p. 45), “*falar sobre os povos indígenas é falar sobre o Brasil, sobre a memória viva que nos constitui como nação*”. Essa afirmação sintetiza o papel fundamental da escola na valorização das culturas indígenas não como elementos do passado, mas como presenças ativas e contemporâneas. No território brasileiro, vivem atualmente mais de 300 povos indígenas, falantes de mais de 270 línguas (IBGE, 2022). Em São Paulo, capital, destacam-se comunidades Guarani Mbya, Pankararu, Xukuru-Kariri, Fulni-ô e Pankararé, que habitam tanto terras indígenas oficialmente reconhecidas — como a Terra Indígena Jaraguá e a Terra Indígena Tenondé Porã — quanto territórios urbanos nas zonas Sul e Leste.

Essas populações mantêm vivas suas tradições, línguas e modos de vida, mesmo em meio à dinâmica urbana. De acordo com Cunha (2012, p. 89), “*os povos indígenas brasileiros não desapareceram; reinventaram suas formas de resistência e de existência, adaptando-se sem perder o vínculo com suas ancestralidades*”. A cidade de São Paulo, portanto, é também território indígena, onde coexistem práticas tradicionais e urbanas que desafiam os estereótipos difundidos sobre o indígena “isolado na floresta”.

O reconhecimento dessa realidade exige da escola um compromisso ético e político com a valorização das identidades e a superação do racismo estrutural. Para Freire (1996, p. 67), “*a educação é um ato de amor, por isso um ato de coragem. Não pode temer o debate. Não pode fugir à discussão da realidade*”. O projeto “Agosto Indígena” inseriu-se exatamente nessa perspectiva: discutir a presença indígena na metrópole, visibilizar suas lutas e promover o diálogo entre os saberes tradicionais e os conteúdos curriculares.

A educação indígena escolar difere da educação ocidental tradicional porque se organiza de maneira coletiva, comunitária e integradora. Conforme Silva e Grupioni (1995), ela é “*intercultural, bilíngue e específica, construída a partir dos saberes e valores de cada povo, mas aberta ao diálogo com outros conhecimentos*”. Essa concepção inspira práticas que valorizam o aprender com o corpo, a natureza, a arte e a oralidade — dimensões frequentemente secundarizadas no ensino tradicional.

O pensador indígena Ailton Krenak (2019, p. 40) reforça que “*a escola moderna ensinou o homem a se ver separado da natureza, quando o pensamento indígena sempre afirmou que o humano faz parte da terra*”. Essa visão amplia o papel da educação: mais do que ensinar conteúdos, é preciso ensinar modos de relação com o mundo. Em uma sociedade urbana e tecnologizada, o diálogo com os saberes indígenas oferece uma oportunidade de reencantar o aprendizado e de reconectar o ser humano ao ambiente natural e coletivo.

O desenvolvimento do projeto “Agosto Indígena” em uma escola municipal de São Paulo dialoga diretamente com os princípios da interdisciplinaridade, entendida não apenas como integração de conteúdos, mas como postura pedagógica que valoriza a complexidade do conhecimento. Para Fazenda (2011, p. 25), “*a interdisciplinaridade é uma atitude de abertura e diálogo entre os saberes, uma busca pela totalidade e pela superação da fragmentação*”.

Nesse sentido, a articulação entre Geografia, História, Ciências, Arte, Língua Portuguesa, Educação Física, Língua Inglesa e Projeto de Vida permitiu que os alunos compreendessem a temática indígena em suas múltiplas dimensões — territorial, histórica, cultural, corporal e ambiental. A Geografia abordou a relação entre espaço e identidade; a História investigou os processos de resistência e colonização; as Ciências tratam da biodiversidade e dos modos sustentáveis de vida indígena; a Arte expressou símbolos e estéticas dos povos originários; e a Educação Física explorou jogos, danças e práticas corporais indígenas, conectando corpo, cultura e convivência.

Essa integração pedagógica promoveu uma aprendizagem significativa, em que o estudante se torna agente do próprio conhecimento. Morin (2015, p. 14) afirma que “*a missão da educação é ensinar a condição humana em sua complexidade, unindo o que está separado*”. Assim, o trabalho interdisciplinar torna-se caminho para desenvolver a empatia, o respeito e o pensamento crítico.

A realização de atividades fora da sala de aula — como ginchanas, apresentações, exposições e oficinas — fortaleceu o vínculo entre teoria e prática, permitindo vivências concretas de cooperação e pertencimento. Freire (1996, p. 31) lembra que “*é na prática social que o conhecimento ganha sentido e se torna instrumento de transformação*”. Quando os alunos experimentam a cultura, cantam, dançam, constroem artefatos e participam de jogos tradicionais, eles aprendem de forma integral — com a mente, o corpo e o afeto.

A Educação Física e a Arte tiveram papel essencial nesse processo, pois promoveram o corpo como

linguagem e meio de expressão cultural. Segundo Gaya (2012), a cultura corporal é um elemento de identidade e memória coletiva, capaz de conectar o aluno à sua ancestralidade e ao respeito pelas diferenças. No caso das atividades sobre os povos indígenas, as práticas corporais permitiram compreender a importância da coletividade, da harmonia com a natureza e da espiritualidade no modo de viver desses povos.

METODOLOGIA

O Projeto Agosto Indígena foi desenvolvido de forma interdisciplinar e colaborativa, envolvendo quatorze turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. O planejamento e a execução ocorreram de maneira articulada entre as diferentes áreas do conhecimento, com o objetivo de proporcionar uma aprendizagem significativa e promover o respeito à diversidade cultural. Toda a proposta baseou-se em metodologias ativas e participativas, buscando integrar a teoria à prática e estimular o protagonismo dos estudantes no processo de construção do conhecimento.

A primeira etapa consistiu em um momento de sensibilização e contextualização teórica, no qual os professores de Geografia e História conduziram aulas sobre os povos indígenas brasileiros, abordando sua diversidade cultural, territorialidade, modos de vida e desafios contemporâneos. Esse momento inicial teve como propósito desconstruir estereótipos e ampliar a compreensão dos alunos sobre a presença indígena na formação do Brasil e na sociedade atual, destacando, inclusive, a existência de povos indígenas na cidade de São Paulo, como os Guarani Mbya, que vivem nas aldeias Tekoa Ytu, Pyau e Tenondé Porã.

Em seguida, os alunos participaram de oficinas pedagógicas conduzidas em parceria com a disciplina de Educação Física. Nessas atividades práticas, foram explorados jogos e brincadeiras tradicionais indígenas, destacando valores como cooperação, coletividade e respeito. As práticas corporais permitiram que os estudantes vivenciassem, de maneira lúdica e concreta, aspectos fundamentais da educação tradicional indígena, em que o corpo e o movimento são meios de aprendizagem e socialização.

O projeto também contemplou a realização de produções visuais e culturais. As turmas elaboraram murais, cartazes e símbolos que representavam diferentes etnias indígenas, com ênfase nas comunidades que habitam o território paulista. Essas produções revelam não apenas o conteúdo aprendido, mas também a dimensão simbólica da cultura indígena, expressando a importância da arte como forma de reconhecimento e valorização das identidades coletivas. A interdisciplinaridade estava exposta na integralidade dos saberes das diferentes ciências estudadas, possibilitando uma leitura

sensível e crítica sobre a representação cultural.

No decorrer do percurso, foram promovidas rodas de conversa e debates, com o intuito de favorecer o diálogo e a reflexão sobre temas como estereótipos, preconceito, invisibilidade e resistência indígena. Esses momentos de escuta e troca de ideias permitiram que os estudantes expressassem suas percepções e compreendessem o papel histórico e contemporâneo dos povos originários, relacionando o tema com questões de cidadania, justiça social e direitos humanos. A prática do diálogo, inspirada em uma educação humanizadora e democrática, fortaleceu o senso crítico e a empatia entre os participantes.

A culminância do projeto ocorreu com a realização da Gincana Indígena, momento coletivo de integração e celebração do conhecimento construído ao longo das atividades. A estrutura com provas e desafios transitavam entre os conhecimentos dos povos indígenas brasileiros, sua cultura, cotidiano e seus territórios, e a prática de jogos cooperativos, característicos das comunidades indígenas, foi a materialização do aprendizado.

A integração entre teoria e prática, conhecimento e experiência do projeto promoveu uma educação comprometida com a pluralidade cultural e com a formação cidadã. A presença ativa dos alunos, reafirmou o protagonismo estudantil em todas as etapas, demonstrou que o envolvimento emocional e a vivência coletiva são fundamentais para o fortalecimento dos vínculos escolares e para a construção de um ambiente de respeito e inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Agosto Indígena consolidou-se como uma experiência pedagógica transformadora, que ultrapassou os limites do currículo tradicional e promoveu uma educação pautada na diversidade, no respeito e no diálogo entre saberes. A vivência interdisciplinar permitiu que os estudantes percebessem o conhecimento como construção coletiva e compreenderam que o território brasileiro é resultado da coexistência de múltiplas culturas, entre elas as indígenas, que continuam vivas e atuantes.

A aproximação entre disciplinas como Geografia, Educação Física, Arte, História e Língua Portuguesa possibilitou uma aprendizagem integral, unindo reflexão, expressão corporal e sensibilidade estética. O envolvimento ativo dos alunos nas atividades demonstrou que o aprendizado se torna mais significativo quando conecta o conteúdo escolar à realidade social e cultural dos estudantes.

Além disso, a presença dos povos indígenas na própria cidade de São Paulo, frequentemente

invisibilizada, foi ressignificada pelos alunos, que passaram a reconhecer a capital como território também indígena. Essa descoberta foi reforçada com a visita ao Pico do Jaraguá, onde percebemos a luta dos povos Guarani pela demarcação do seu território.

O desenvolvimento do projeto permitiu também um avanço significativo na prática docente interdisciplinar, ao promover uma aproximação real entre os saberes e o fortalecimento de vínculos entre professores de diferentes áreas do conhecimento. Essa interação promoveu a troca de experiências, reflexões, metodologias e o rompimento com a separação rígida das disciplinas, promoveu uma aprendizagem mais integrada entre as disciplinas de Geografia, Educação Física, Arte, História e Língua Portuguesa permitindo que o trabalho coletivo se transformasse em um exercício de aprendizagem mútua.

Nas diferentes fases dos projetos, observou-se um forte envolvimento emocional e afetivo de toda a comunidade escolar, reforçando e fortalecendo os vínculos dos atores envolvidos no cotidiano da escola, entre estudantes, professores e funcionários, as ações de empatia, de respeito, e o sentimento de pertencimento, criaram laços em relações que não existiam, ou ficavam restritas ao ambiente de sala de aula.

Essas ações rompeu as barreiras da comunicação e do comportamental, o projeto revelou novas versões, principalmente pelo protagonismo dos estudantes, que demonstrando toda sua versatilidade, reinvenção e criatividade, superam a rigidez das relações em sala de aula e intensificaram relações e conexões que já existiam.

Assim, o Agosto Indígena reafirmou o poder da escola pública: ser um lugar onde a diversidade é celebrada e o conhecimento é construído junto, por todos. O projeto abriu uma ponte para o diálogo entre as culturas e incentivou os estudantes a pensarem e agirem com autonomia. A educação é, sim, uma ferramenta de resistência e de formação cidadã. Nossos estudantes saíram do projeto mais críticos, conscientes e engajados com a ideia de construir um futuro que seja mais justo, solidário e com espaço para todos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Curriculum, território em disputa.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394/96, incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília:

MEC, 2008.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. Brasília: MEC/SEB, 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Educação intercultural: mediações, tensões e processos de hibridação cultural.** Petrópolis: Vozes, 2012.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa.** 15. ed. Campinas: Papirus, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 72. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2008.

IBGE. Censo Demográfico 2022: povos indígenas. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.